

## ATA N.º 10/2019

## REUNIÃO ORDINÁRIA DE

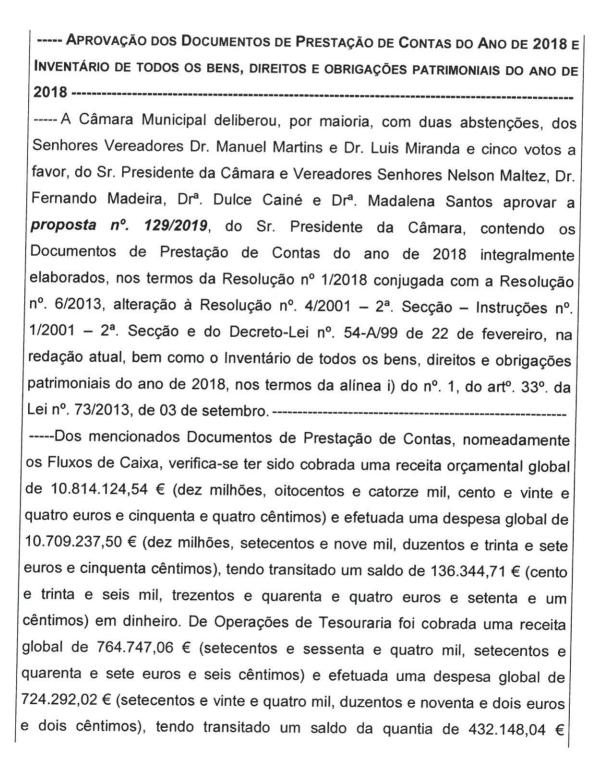
26/04/2019

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

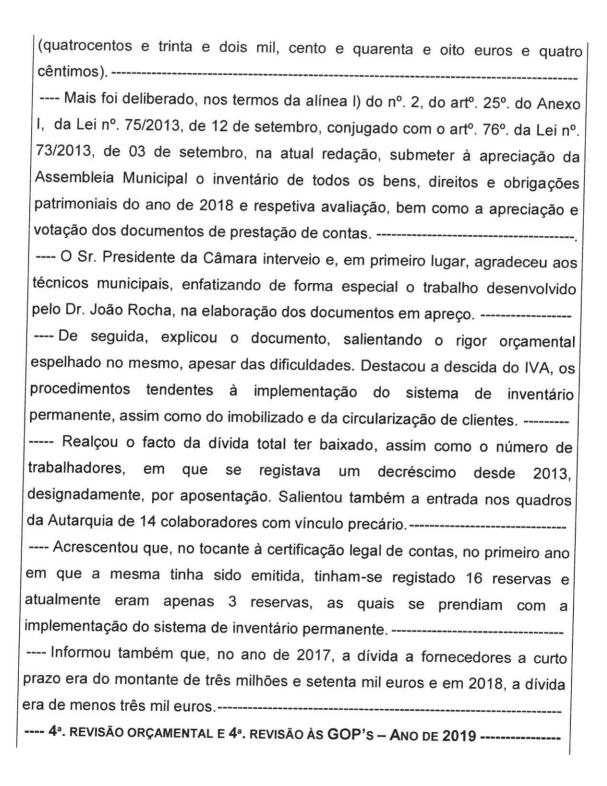


Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezanove, p	elas catorze	
horas e trinta minutos, no salão nobre da Câmara Municipal de	Mira, reuniu	
esta, ordinariamente, sob a direção do Sr. Presidente da Câmai	a, Dr. Raul	
José Rei Soares de Almeida, estando presentes os Vereadore	s Senhores	
Nelson Teixeira Maltez, Dr. Manuel de Jesus Martins, Dr. Ferr	nando José	
Domingues Madeira, Dr. Luis Manuel Simões Miranda, Dra. Du	ilce Helena	
Ramos Cainé e Dr. Madalena Isabel Colaço dos Santos	1	
Presentes também a Chefe da Divisão Administrativa e Fina	nceira, Dr <sup>a</sup> .	
Carmen da Conceição Santos, o Chefe da Divisão de Obras Munic		
Rui Manuel Reixa da Cruz Silva, a Chefe de Divisão de Educação	o, Cultura e	
Desporto, Dr.ª Brigitte Capeloa e a Técnica Superior Ana Margarida	1	
Mesquita		
Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada aberta a reunião p	pelas 14:30	
horas		
FINANÇAS MUNICIPAIS:		
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 79, de 24 de abr	il de 2019,	
com um saldo orçamental de 419.568,78 € (quatrocentos e dez	anove mil,	
quinhentos e sessenta e oito euros e setenta e oito cêntimos)		
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:		
Interveio o Sr. Vereador Dr. Manuel Martins que perguntou o	qual era a	
empresa que estava a fazer a limpeza dos matos nas bermas da estra	· ·	
O Sr. Vereador Nelson repondeu que a empresa em ques	tão era a	
<i>"Ecorede</i> ", a qual estava a fazer a remoção de material erbáceo, a	rbustivo e	
limpeza de árvores contidas numa faixa de 10 metros		
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins disse que tinha dúvidas que e		
a ser efetuadas limpezas nessa faixa de 10 metros		
PERÍODO DA ORDEM DO DIA:		
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:		
	1	









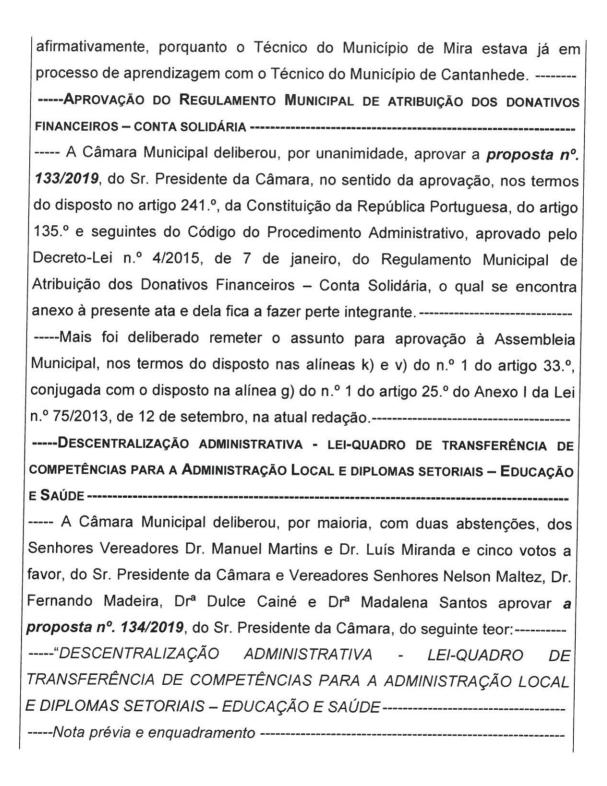


---- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Maltez, Dr. Fernando Madeira, Dra. Dulce Cainé e Dra. Madalena Santos, aprovar a proposta nº. 130/2019, do Sr. Presidente da Câmara, contendo a 4ª. revisão orçamental e a 4ª. revisão às GOP's, do ano de 2019, nos termos do D.L. nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro, na atual redação, a qual se encontra anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante.-------- Mais foi deliberado submeter o assunto à aprovação do Órgão Deliberativo do Município, nos termos preconizados da alínea a) do nº, 1 do artº. 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação. ---------O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins disse que tinha algumas dificuldades em perceber algumas rubricas, como era o caso da verba de 4.650,00 € em despesas correntes, destinada a formação, ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que se tratava de formação para funcionários da Autarquia. ---------Reportou também uma despesa de capital no montante de 24.300,00€, tendo o Sr. Presidente explicado que se tratava da aquisição de sinalização. -------Por último, questionou a anulação de despesas de capital, que deveria ser investimento. --------O Sr. Presidente explicou que se tratava de duas empreitadas, a do Bairro do Arieiro e a da pavimentação na Lentisqueira/Ramalheiro, em que tinha sobrado verba, a qual seria afeta a outras rubricas. ----------PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRA E A JUNTA DE FREGUESIA DE MIRA, NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO CIVIL- APROVAÇÃO DE MINUTA---------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº. 131/2019, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação da minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Mira e a Junta de Freguesia de Mira, no âmbito da Proteção Civil, ao abrigo do disposto na alínea j), do nº. 1 e



	alíneas j) e k), do nº. 2, do artº. 9º. e alíneas y), do artº. 16º., conjugadas com a
	alínea j), do nº. 1, do artº. 25º. e alínea ccc), do nº. 1, do artº. 33º., do Anexo I
	da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação
	A referida minuta encontra-se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte
	integrante
	ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRA E O MUNICÍPIO DE
	CANTANHEDE, NO ÂMBITO DA COBERTURA METROLÓGICA - REFORMA
	A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº.
	132/2019, do Sr. Presidente da Câmara, do seguinte teor:
	"ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRA E O
	MUNICÍPIO DE CANTANHEDE, NO ÂMBITO DA COBERTURA
	METROLÓGICA - REFORMA
	A Câmara Municipal de Mira em reunião de Câmara de 28/03/2019
	deliberou por unanimidade, aprovar o acordo de colaboração referido em
	epígrafe, entretanto o Município de Cantanhede sugeriu a reforma, nos termos
	do artigo 164º do CPA, da cláusula quinta, que passa a ter a seguinte redação:
	Cláusula quinta
	Das taxas refentes ao serviço de controlo metrológico, realizado no
	Município de Mira, 10 % do valor total da taxa de serviço e da taxa de
	deslocação será adstrita ao IPQ, os restantes 90% reverterão a favor do
	Município de Cantanhede. O técnico do SMMC, na qualidade de trabalhador
	em regime de contrato de trabalho em funções públicas auferirá, nestas
1	circunstâncias, de todos os abonos e regalias a que tiver legalmente direito
	Face ao exposto propõe-se, que a Câmara Municipal aprove a reforma da
1	referida cláusula quinta, nos termos e com os efeitos previstos no artigo 164º
(	do Código do Procedimento Administrativo."
257	O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins perguntou se estava a ser dado
(	cumprimento à cláusula sétima do protocolo, tendo o Sr. Presidente da Câmara

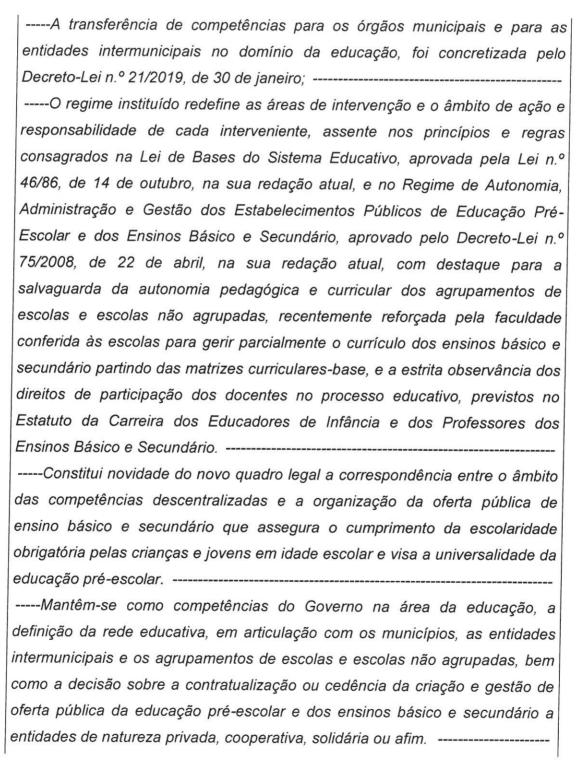






	A descentralização administrativa é fundamental para o processo de
	reforma do Estado e para a melhoria das condições de vida dos cidadãos. A
	Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) tem salientado a
	disponibilidade e o interesse dos municípios em materializarem um processo
	de transferência de competências, em concretização dos princípios
	constitucionais da subsidiariedade, da autonomia local e da descentralização
	democrática da administração pública
	Como decorre do n.º 1 do mesmo artigo 4.º, em conjugação com o n.º 1 do
	artigo 44.°, ambos da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a transferência das
	novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de
	afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais
ı	de âmbito setorial os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à
	gestão do procedimento de transferência em causa
	Foram publicados os diplomas legais que concretizam a transferência de
	competências para os municípios e entidades intermunicipais, nos domínios da
	educação e saúde
	Estes diplomas entraram em vigor no dia 4 de fevereiro de 2019 e
	produzem efeitos no dia 1 de janeiro de 2019
	No ano de 2019, as autarquias locais e as entidades intermunicipais que
	não pretendam a transferência das competências previstas em cada um
	desses diplomas legais comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias
	ocais
•	Essa comunicação deve ser efetuada, após prévia deliberação dos órgãos
a	deliberativos, até 60 dias corridos após a entrada em vigor do respetivo
2	liploma legal, conforme tabela elaborada pela Direção-Geral das Autarquias
	ocais – DGAL, em anexo
_	Assim, em concreto, cumpre sintetizar as mudanças do novo quadro legal:
-	Educação







	Destaca-se ainda a manutenção da carta educativa municipal e do plano
	de transporte escolar como instrumentos de planeamento e a consagração da
	participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede
	de oferta de educação e formação
	As competências das autarquias locais no domínio do investimento,
	equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares são alargadas
	a todo o ensino básico e ao ensino secundário, com exceção das escolas cuja
	oferta de educação e formação abranja, pela sua especificidade, uma área
	territorial supramunicipal
	No âmbito das competências de gestão, realçam-se as novas
	competências de organização e gestão dos procedimentos de atribuição de
	apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada, sendo o regime
	jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da
	ação social escolar estabelecido em diploma próprio
	Exclui-se, no entanto, a organização, desenvolvimento e execução de
	programas de distribuição gratuita e reutilização de manuais escolares, cuja
	competência se mantém sob alçada do Governo com competência na área da
	educação e dos órgãos de administração e gestão dos agrupamentos de
	escolas e escolas não agrupadas
	O fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos
	dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário passam também a
	ser geridos pelos municípios
	A gestão, funcionamento, conservação, manutenção e equipamento das
1	residências escolares que integram a rede oficial de residências para
(	estudantes passam a integrar a competência dos municípios da respetiva área
(	geográfica
	No mesmo sentido, a gestão e o funcionamento das modalidades de
(	colocação de alunos junto de famílias de acolhimento e alojamento facultado



por entidades privadas, mediante o estabelecimento de acordos de cooperação, passam a ser da competência dos órgãos municipais da área do agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas em que os beneficiários se encontram matriculados, devendo os critérios de concessão destas modalidades ser estabelecidos no referido diploma que vier a regular o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar. ---------A competência para o recrutamento, seleção e gestão do pessoal não docente, de todos os níveis e ciclos de ensino, passa também para as câmaras municipais, prevendo-se, para tanto, a transferência do pessoal não docente com vínculo ao Ministério da Educação para os municípios, com a salvaguarda da respetiva situação jurídico-funcional desse pessoal. ---------Os municípios adquirem ainda, em articulação com as forças de segurança presentes no respetivo território e com os órgãos de administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, as competências de organização da vigilância e segurança de equipamentos educativos. designadamente o edificado e espaços exteriores incluídos no seu perímetro. ------O conselho municipal de educação permanece como órgão institucional de intervenção das comunidades educativas em cada concelho. reconhecimento do seu papel essencial como instância territorial de consulta e reflexão sobre a política educativa. A sua composição é alargada, nele se incluindo, além dos membros que atualmente o integram, um representante das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, um representante de cada um dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e um representante das instituições do setor social e solidário que desenvolvam atividade na área da educação. ----------Com o objetivo de garantir a coordenação entre os diferentes níveis de administração é criada, em cada concelho, uma comissão de acompanhamento

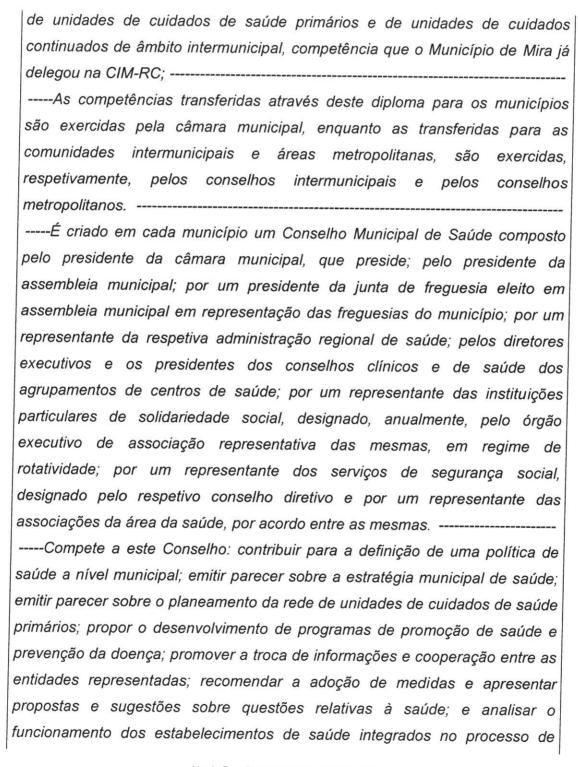


	e monitorização que acompanhará o desenvolvimento e evolução das
	competências transferidas
	Esta Comissão reúne trimestralmente e é composta presidente da câmara
	municipal, que preside; por representante do departamento governamenta
	responsável pela área da educação que integra o conselho municipal de
	educação; pelos diretores dos agrupamentos de escolas e de escolas não
	agrupadas da área do município e, quando a natureza das matérias o justifique,
	por representantes das entidades intermunicipais ou representantes de outras
	entidades e organismos da Administração Pública
	Por fim, destaca-se a este propósito a Recomendação n.º 1/2019, do
	Conselho Nacional de Educação, publicada no Diário da República n.º 21/2019,
	Série II de 30 de janeiro que aponta no sentido de as competências inerentes à
	gestão das ofertas públicas de educação e formação serem prioritariamente
	atribuídas às escolas e de serem atribuídas às autarquias locais e entidades
-	intermunicipais, as competências relativas à criação de condições externas
1	para que, por um lado, as crianças e jovens acedam à oferta pública de
•	educação e dela possam fruir adequadamente e para que, por outro lado, o
1	pessoal docente e não docente possa desempenhar as funções que lhe cabem
1	no desenvolvimento das atividades de ensino e na gestão dos
6	estabelecimentos
,	Recomenda, ainda, o Conselho que a transferência de competências para
(	os órgãos das autarquias locais e entidades intermunicipais não se traduza
r	numa relação hierárquica destas sobre os órgãos das escolas, mas apenas
r	numa frutuosa colaboração entre ambas as instâncias
	Saúde
-	A transferência de competências para os órgãos municipais e para as
9	entidades intermunicipais no domínio da saúde, foi concretizada pelo Decreto-
	.ei n.° 23/2019, de 30 de janeiro;

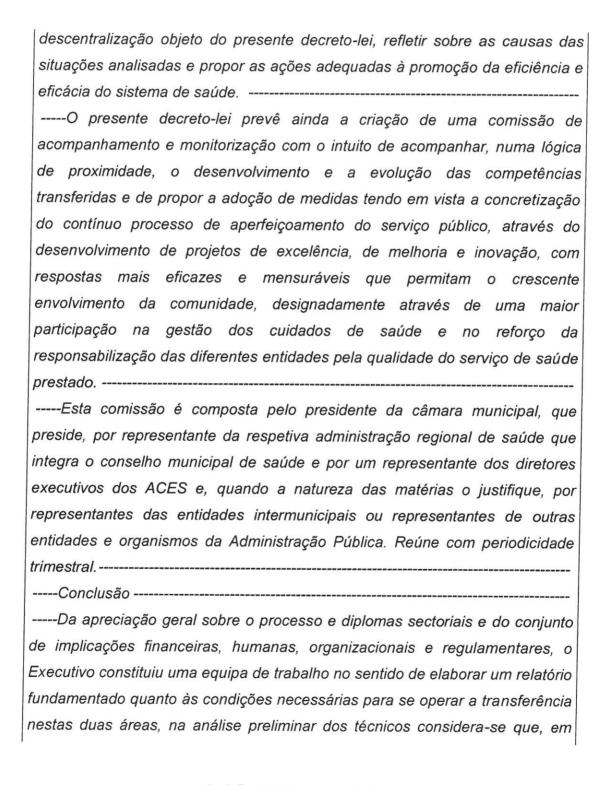


	As competências de manutenção, conservação e equipamento das
	instalações de unidades de prestação de cuidados de saúde primários são
	transferidas para os municípios
	São também transferidas para os municípios as competências de gestão e
	execução dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos
	Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional
	de Saúde (SNS), excluindo-se, porém, todos os serviços de apoio logístico
	relacionados com equipamentos médicos, que se mantém na esfera da
	administração central
	É, ainda, transferida para os municípios a competência de gestão dos
	trabalhadores inseridos na carreira de assistente operacional das unidades
	funcionais dos ACES que integram o SNS, assegurando-se a esses
	trabalhadores a manutenção dos direitos adquiridos, nomeadamente o direito
	de mobilidade para quaisquer serviços ou organismos da administração central
	ou local, o direito à avaliação de desempenho, ou o direito à ADSE
	Esta transferência é acompanhada da transferência dos recursos
i	financeiros necessários ao pagamento das despesas que lhes estão
•	associadas, nomeadamente dos encargos da nova entidade empregadora, tal
(	como sucede também no que respeita à transferência das competências de
(	gestão e execução dos serviços de apoio logístico
	Prevê-se também o estabelecimento de uma parceria estratégica entre os
1	municípios e o SNS relativa aos programas de prevenção da doença, com
$\epsilon$	especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de
E	envelhecimento ativo, permitindo-se que os municípios possam vir a participar
E	e influenciar o plano das políticas de saúde a nível dos respetivos territórios
-	Neste âmbito, é de salientar, ainda, que, nos termos do artigo 33.º da Lei
7	n.º 50/2018, de 16 de agosto, também se transferem competências para as
3	entidades intermunicipais, designadamente para participar na definição da rede

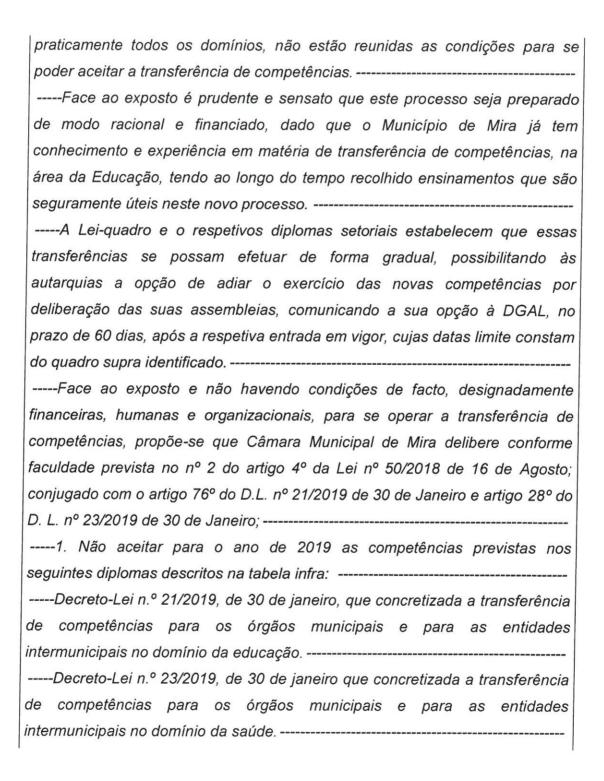














----2. Submeter esta proposta à votação da Assembleia Municipal, em harmonia com o disposto no nº 2 do artigo 4º da Lei nº 50/2018 de 16 de Agosto, conjugado com o disposto nas alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei. n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, bem como comunicar a deliberação à Direção-Geral das Autarquias Locais – DGAL."---------O Sr. Presidente da Câmara declarou que era intenção do Executivo aceitar algumas das competências, designadamente, no âmbito da Saúde e Educação, no entanto, não estava ainda decidido, face aos montantes das verbas que se previa que fossem transferidas para as Autarquias.---------Adiantou que as obras no Centro de Saúde de Mira estavam já identificadas e mapeadas no pacto regional da CIM e seria lançado concurso ----Relativamente à Educação, disse que iria haver reunião com o Secretário de Estado, tendo em vista a execução de obras na escola e que o levantamento feito pelos técnicos do Município, apontava para cerca de um milhão e duzentos mil euros de obra. ----------ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO À "TECPLÁSNOVA, RECICLAGEM DE PLÁSTICO, LDª.", SITA NA ZONA INDUSTRIAL DE MIRA --------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº. 135/2019, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da alienação, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, de uma parcela de terreno com área de 4158 m2 a desanexar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 257, a fls. 6 do Livro B-39, da freguesia de Mira, inscrito na anterior matriz sob o n.º 25221, da dita freguesia, pelo valor de 83,160,00 € (oitenta e três mil, cento e sessenta euros), à "Tecplásnova - Reciclagem de Plástico, Lda", NIPC 505 293 099, destinado a retificar as estremas do prédio resultante da anexação dos seguintes prédios urbanos compostos de: terreno



para construção inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 767 da freguesia de Seixo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mira sob o n.º 584 da dita freguesia; terreno para construção inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1149 da freguesia de Seixo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mira sob o n.º 1006 da dita freguesia; terreno para construção inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 1188 da freguesia de Seixo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mira sob o n.º 1099 da dita freguesia; e barração inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 695 da freguesia de Seixo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mira sob o n.º 1098 da dita -----Mais foi deliberado declarar que nesta área não foi promovida qualquer operação de loteamento, por não ser exigido à data. ----------REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE LOTES DE TERRENO PARA AUTOCONSTRUÇÃO NA URBANIZAÇÃO DA VIDEIRA NORTE - DISCUSSÃO PUBLICA--------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar da agenda de trabalhos da presente reunião, a proposta nº. 136/2019, do Sr. Presidente da Câmara, para posterior deliberação.----------AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DA JUVENTUDE DA PRAIA DE MIRA--------- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Maltez, Dr. Fernando Madeira, Dra. Dulce Cainé e Dra. Madalena Santos, aprovar a proposta nº. 137/2019, do Sr. Presidente da Câmara, do seguinte teor:----------"AUTORIZAÇÃO PARA CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DA JUVENTUDE DA PRAIA DE MIRA -----



----A cessão da posição contratual está prevista nos artigos. 424°, ss do Código Civil e consiste na faculdade concedida a uma das partes do contrato com prestações recíprocas de transmitir a terceiro, com o consentimento do outro contraente, todos os direitos e obrigações que constituem esse contrato. Trata-se, pois, de uma modificação subjectiva, através da qual uma das partes do contrato é substituída por outra que passa a ser titular dos seus direitos e obrigações contratuais, ou seja, o contrato não se extingue, não há a celebração de um novo contrato, há apenas a substituição de um dos sujeitos que irá ocupar o lugar de um dos contraentes. ----------Esta modificação refere também a doutrina, envolve assim três partes: o contraente que transmite a sua posição contratual (cedente), o terceiro que adquire a posição transmitida (cessionário) e a contraparte do cedente, no contrato originário, que passa a ser contraparte do cessionário (cedido). -----------Considerando que a empresa "Campestre & Romântica, Lda" invocando o contrato da concessão de Exploração do Parque da Juventude da Praia de Mira, veio solicitar a cessão da posição contratual favor da empresa "Orbitur, Intercâmbio de Turismo S.A", com o nipc 500.207.739. com sede na Av. da Boavista, nº 1681, 3º salas 5 a 8, 4100-132, Porto, ou para outra empresa do grupo denominada "Rotasol-Investimentos Turísticos, Lda" tendo este igualmente apresentado pedido para a cessão e apresentado os documentos necessários à avaliação da respectiva capacidade técnica e financeira. ----------Tendo em consideração que o procedimento de concurso público subjacente à celebração do contrato em apreço teve por base o Código dos Contratos Públicos, importa agora referir o estado do processo: ----------1 - O contrato n.º 5/2012 da concessão de exploração do parque de campismo da juventude da Praia de Mira foi assinado em 5 de Abril de 2012 entre o Município de Mira e a sociedade Campestre e Romântica, Ldª, sendo a



	concessão pelo prazo de 15 anos, podendo o prazo ser prorrogado por mais
	dois períodos de 5 anos;
	2 – Nos termos do n.º 1 da cláusula quinta do referido contrato nos
	primeiros quatro meses de execução do contrato, considerou-se que haveria
	isenção do pagamento da contrapartida financeira mensal;
	3 - De acordo com n.º 2 da cláusula quinta do referido contrato o
	pagamento da contrapartida financeira mensal, deveria ser efetuado da
	seguinte forma:
	a) Entre o 5º (quinto) mês inclusive e 60º (sexagésimo) mês inclusive:
	1.473,21€ (mil, quatrocentos e setenta e três euros e vinte cêntimos
	b) Entre 61º (sexagésimo primeiro) mês inclusive e o 120º (centésimo
	vigésimo) mês inclusive 3.000,00€ (três mil euros);
	c) Entre o 121º (centésimo vigésimo) primeiro mês inclusive e o mês 180º
	(centésimo octogésimo) mês inclusive 5.000,00€ (cinco mil euros);
	4- Foram autorizadas, em reunião de Câmara de 28 de Março de 2013,
	com fundamento em diversas vicissitudes, as seguintes suspensões e
	prorrogação do contrato:
	de 5 de Abril de 2012 a 5 de Setembro de 2012 (6 meses), e;
	de 19 de Janeiro de 2013 a 19 de Julho de 2013 (6 meses), bem como, a
	prorrogação por um ano (contado do início da execução do contrato até 19 de
	Julho de 2013) do prazo para execução do plano de investimentos e execução
	das obras
	5- A concessionária não deu cumprimento a diversas obrigações
	constantes do caderno de encargos, nomeadamente a obrigação prevista no nº
	2 da clausula 2 ª do caderno de encargos em que a concessionária teria de
	obter uma classificação mínima de 3 estrelas, nos 60 meses após a assinatura
	do contrato, acresce ao facto de não ter pago qualquer renda durante a
•	execução do contrato e sendo as rendas certas, líquidas e exigíveis, o



	Município de Mira accionou a caução no valor de 28.125,00€ correspondente a
	5% do valor da adjudicação, destinada a garantir o bom e integral cumprimento
	das obrigações em 06/03/2019 intentou a competente acção judicial para tentar
	obter o pagamento das rendas
	6- Nesse âmbito veio agora o concessionário solicitar a cessão da posição
	contratual para a empresa Orbitur ou para a empresa Rotasol - Investimentos
	Turísticos, Ldª, com o nipc 503.957.755. sede na Av. da Boavista nº 1681, 3º
	salas 5 a 8, 4100-132, Porto, e que o potencial cessionário assume o
	pagamento das rendas vencidas, respectivos juros, bem como, assegura o
	início do pagamento das rendas futuras em Junho de 2020
	Atento o objecto da pretensão e demais obrigações a que se encontram
	sujeitos os contratos de concessão, concluiu-se que a cessão da posição
	contratual é admitida conforme estipulação contratual, cláusula décima quarta,
	mais a cessão tem de ser previamente autorizada pelo contraente público,
	admitindo o nº 2 do artigo 318º do C.C.P. que seja dada durante a execução do
	contrato
	Analisado todo o processo, ponderando a necessária defesa do interesse
-	público de o Município ser ressarcido das rendas e respectivos juros e ver
-	realizadas as infra-estruturas objecto da concessão por outro lado a
-	possibilidade real de a acção judicial se "arrastar" por longos anos, com custos
•	acrescidos para o erário público
	A cessão da posição contratual é a figura juridicamente mais adequada
ŀ	para, no plano procedimental e no plano substantivo, garantir a prossecução
(	duradoura e económica e financeiramente sustentada da concessão, bem
(	como, a salvaguarda do interesse público. Face ao cenário descrito, revela-se
ć	a mais vantajosa e consequentemente a melhor opção
•	Verifica-se que o pedido de cessão foi acompanhado dos elementos
	necessários respeitantes à empresa Rotasol - Investimentos Turísticos, Ldª,

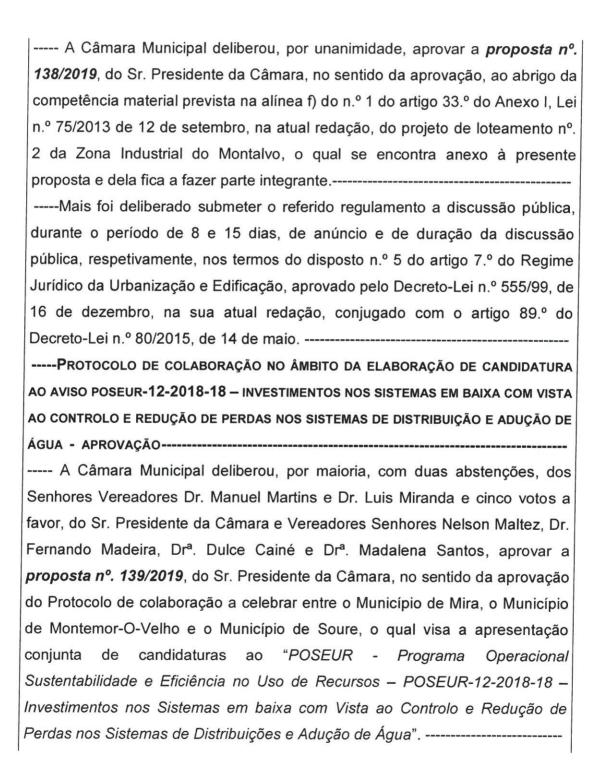


com o nipc 503.957.755. com sede na Av. da Boavista nº 1681, 3º salas 5 a 8, 4100-132, Porto, designadamente, cópia da certidão permanente da Conservatória do Registo Comercial devidamente actualizada: cópia da certidão emitida pelo Serviço de Finanças em como tem a situação tributária regularizada, documento comprovativo de que os órgãos sociais da empresa não tenham sido condenados por sentença transitada em julgado, plano de pagamento das rendas vencidas, respectivos juros e rendas vincendas e declaração conforme anexo à preste proposta e que fará parte integrante do contrato de cessão da posição contratual. ----------A empresa cessionária irá ainda prestar caução de 5% do valor correspondente às rendas que falta pagar até ao términus do contrato no valor 26.981,71 €, de acordo com o definido no contrato. -----------Assim, proponho à Câmara Municipal, que estando reunidos os pressupostos formais, de facto e de direito e em cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 318.ºdo CCP, autorize a cessão da posição contratual na Concessão de Exploração do Parque de Campismo da Juventude da Praia de Mira a favor da empresa Rotasol - Investimentos Turísticos. Lda. com o nipo 503.957.755. com sede na Av. da Boavista nº 1681, 3º salas 5 a 8, 4100-132, Porto, aprove o plano de pagamento das rendas vencidas, respetivos juros e rendas vincendas, bem como, a minuta do contrato de cessão da posição contratual em anexo e remeta o assunto a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 25° do anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, na actual redacção, competindo-lhe pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município;"---------O Sr. Presidente da Câmara explicou que a cláusula 14º, do contrato de concessão de exploração do Parque de Campismo da Juventude da Praia de Mira, celebrado entre o Município de Mira e a sociedade por quotas

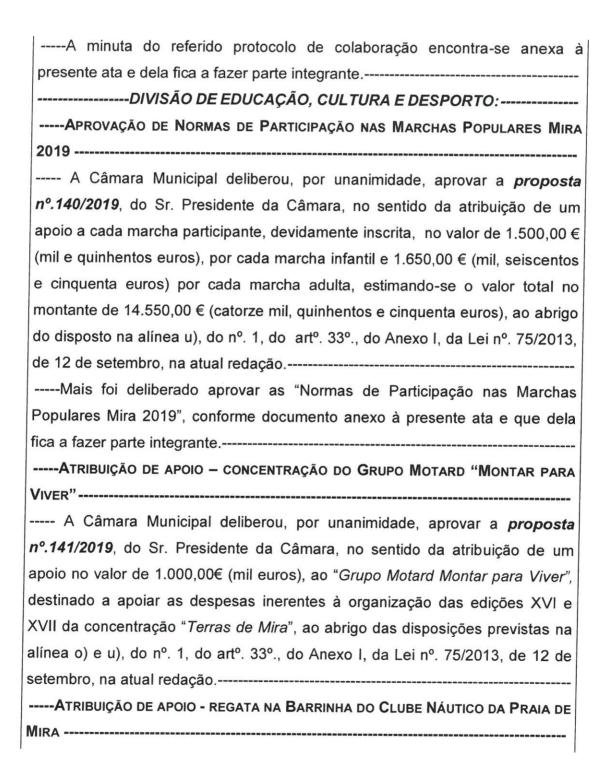


"Campestre & Romântica – Unipessoal, Lda.", previa a possibilidade do
concessionário poder ceder a sua posição contratual no âmbito do referido
contrato de concessão, sendo que era entendimento do Executivo que esta
solução seria a que melhor acautelaria os interesses públicos, porquanto o
Município iria receber as verbas em dívida e, desta forma, evitar-se-ía um
processo de litígio, que iria arrastar-se muitos anos em tribunal
Clarificou que não iria haver extensão do período de concessão,
simplesmente a empresa cessionária era outra e iria prestar garantia
bancária/caução correspondente às rendas que faltava pagar até ao términus
do contrato
O Sr. Vereador Dr. Luis Miranda interveio e lamentou o facto de apenas
agora ter sido disponibilizada uma cópia do contrato inicial, o que lhe permitia
esclarecer alguma dúvidas. Mais questionou se a "Orbitur" tinha sido
concorrente no procedimento inicial, ao que o Sr. Presidente da Câmara
respondeu negativamente
O Sr. Vereador Dr. Luis disse que lhe subsistiam ainda algumas dúvidas,
designadamente face ao conteúdo dos artigos 317º., 318º. e 318-A do Código
dos Contratos Públicos, este último a apontar para a interpelação, gradual e
sequencial dos concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual
original
A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira informou que a cessão da
posição contratual estava prevista no Código dos Contratos Públicos e que
todo o procedimento tinha sido conduzido tendo por base legal o referido
Código
DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:
PROJETO DE LOTEAMENTO N.º 2 DA ZONA INDUSTRIAL DO MONTALVO -
DISCUSSÃO PÚBLICA

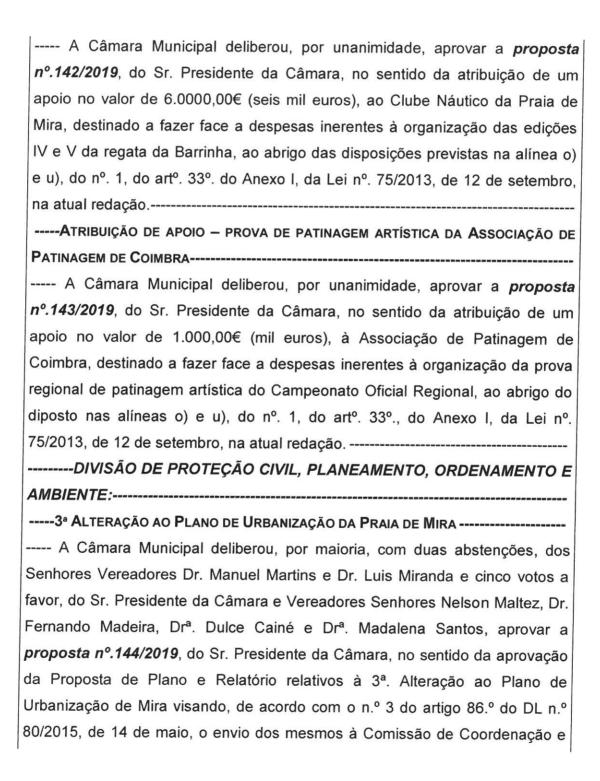














Desenvolvimento Regional do Centro para efe	itos de	Conferência
Procedimental		
Os referidos documentos encontram-se anexos à pro-	esente ata	e dela ficam
a fazer parte integrante		
UNIDADE DE GESTÃO URBANÍSTI	ICA:	
PROPOSTA DE DECISÃO SOBRE EXECUÇÃO DE OBRAS	DE CONS	ERVAÇÃO DE
EDIFICAÇÃO, EM MÁS CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE, PROPI	RIEDADE DE	CABEÇA DE
CASAL DA HERANÇA DE HERMÍNIA DOS SANTOS NETA		
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade	, aprovar	a proposta
nº.145/2019, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido	de ser p	romovida a
audiência prévia dos interessados, pelo prazo de 15	dias (úte	eis), face à
intenção de decisão sobre a execução de obras de cons	ervação de	e edificação,
em más condições de salubridade, propriedade de cabeç	a de casal	da herança
de Hermínia dos Santos Neta, nos termos dos artºs. 121	°. e 122°.	, do Código
do Procedimento Administrativo		
Findo aquele prazo e caso os interessados não se te	nham pron	unciado, ou
se o fizerem, a sua pronúncia não alterar o sentido da	a decisão,	deverá ser
ordenada a execução das obras de conservação da re	eferida edi	ificação, no
prazo de 30 dias (seguidos), nos termos do nº. 2, do artº.	89°. do RJ	UE
PROPOSTA DE DECISÃO SOBRE LEGALIZAÇÃO DAS OBRAS	E EMISSÃO	) DO ALVARÁ
DE UTILIZAÇÃO, PROPRIEDADE DE MARIA MANUEL DOS SANTO	s Costa	
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,	aprovar a	proposta
<i>nº.146/2019</i> , do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da	a legalizaç	ão da obra,
sita na Barra, propriedade de Maria Manuel dos Santos	Costa e	emissão do
alvará de utilização que deverá conter, para além dos eler	mentos cor	nstantes do
n.º 5 do art.º 77.º do Regime Jurídico da Urbanização	e da Ed	lificação, a
menção de que a operação urbanística a que respeita foi	objeto de	legalização
e que a mesma é emitida sob reserva de direitos de tercei	ros	
		1



No que às taxas diz respeito, o requerente deverá requerer a emissão do	
alvará de utilização no prazo de 30 dias úteis, contado da data da notificação	
da presente deliberação, sendo precedido do pagamento das taxas previstas	
no Regulamento, Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Mira,	
conforme estipula o nº. 4, do artº. 46º. do RMUE	
ENCERRAMENTO:	
E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi	
declarada encerrada a reunião, sendo 16:30h, tendo sido aprovada, por	
unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do	
disposto no n.º 3 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de	
setembro, na atual redação	
E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Olívia da Conceição	
C.P.A. Eulálio, na qualidade de secretária, redigi	
had Almb	
(Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.)	
- Déam	
(Secretária: Olívia da Conceição C.P.A. Eulálio)	